

RAIMUNDO LENILDE DE ARAÚJO
MARIA FRANCINEILA PINHEIRO DOS SANTOS
CRISTINA MARIA COSTA LEITE
MARCILEIA OLIVEIRA BISPO
CLÉZIO DOS SANTOS
(ORG.)



FORMAÇÃO DOCENTE

ENSINO DE GEOGRAFIA E O LIVRO DIDÁTICO



SER
TÃO
CULT



Raimundo Lenilde de Araújo
Universidade Federal do Piauí (UFPI)



Maria Francineila Pinheiro dos Santos
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)



Cristina Maria Costa Leite
Universidade de Brasília (UnB)



Marcileia Oliveira Bispo
Universidade Federal do Tocantins (UFT)



Clézio dos Santos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
(UFRRJ)

FORMAÇÃO DOCENTE

ENSINO DE GEOGRAFIA E O LIVRO DIDÁTICO

RAIMUNDO LENILDE DE ARAÚJO
MARIA FRANCINEILA PINHEIRO DOS SANTOS
CRISTINA MARIA COSTA LEITE
MARCILEIA OLIVEIRA BISPO
CLÉZIO DOS SANTOS
(ORG.)

FORMAÇÃO DOCENTE

ENSINO DE GEOGRAFIA E O LIVRO DIDÁTICO

Sobral-CE
2021



Formação docente, ensino de geografia e o livro didático

© 2021 copyright by Raimundo Lenilde de Araújo, Maria Francineila Pinheiro dos Santos, Cristina Maria Costa Leite Marcileia Oliveira Bispo e Clézio dos Santos, (ORGs.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de Geografia

Alberto Pereira Lopes

Alisson Slider do Nascimento de Paula

Ana Paula Pinho Pacheco Gramata

Antonio Adílio Costa da Silva

Francisco Ari de Andrade

Irineu Soares de Oliveira Neto

Isorlanda Caracristi

Marcelo de Oliveira Moura

Maria Artemis Ribeiro Martins

Paulo Rogério de Freitas Silva

Paulo Sérgio Cunha Farias

Sandra Liliانا Mansilla

Vanda Carneiro de Claudino Sales

Virginia Célia Cavalcante de Holanda

Revisão

Danilo Ribeiro Barahuna

Diagramação

Francisco Taliba

Capa

Francisco Taliba

Catálogo

Leolph Lima da Silva - CRB3/967

F723	Formação docente, ensino de geografia e o livro didático / Raimundo Lenilde de Araújo ... [et al.]. (Organizadores.). – Sobral, CE: Sertão Cult, 2021. 526p. ISBN: 978-65-87429-99-1 - e-book - pdf ISBN: 978-85-67960-39-5 - papel Doi: 110.35260/87429991-2021 1. Formação docente. 2. Ensino de Geografia. 3. Geografia- Didática. 4. Geografia- Livro didático. 5. Geografia- Docência. I. Araújo, Raimundo Lenilde de. II. Santos, Maria Francineila Pinheiro dos. III. Leite, Cristina Maria Costa. IV. Bispo, Marcileia Oliveira. V. Santos, Clézio. VI. Título.
------	--

CDD 371.3
371.12



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Sumário

APRESENTAÇÃO 11

Doi: 10.35260/87429991p.17-30.2021

AFINAL, PARA QUEM SERVE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO? 17

ALCINÉIA DE SOUZA SILVA

Doi: 10.35260/87429991p.31-44.2021

AUTORES DE LIVROS PARA PROFESSORES DE GEOGRAFIA ENTRE OS ANOS DE 1920 E 1940..... 31

JANETE REGINA DE OLIVEIRA

Doi: 10.35260/87429991p.45-54.2021

BIOMA CAATINGA: ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE PATOS-PB 45

TELMA GOMES RIBEIRO ALVES

ROSEMERI MELO E SOUZA

DIÓGENES FÉLIX DA SILVA COSTA

Doi: 10.35260/87429991p.55-67.2021

CIÊNCIA DA MORFOLOGIA DE GOETHE: O ARQUÉTIPO E A FORMAÇÃO EPISTEMOLÓGICA E METODOLÓGICA DA GEOGRAFIA 55

ANTONIO CARLOS VITTE

Doi: 10.35260/87429991p.69-82.2021

CRIAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA UM ENSINO DE GEOGRAFIA INTERATIVO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS..... 69

JAQUELINE MACHADO VIEIRA

REINALDO DOS SANTOS

Doi: 10.35260/87429991p.83-97.2021

DECOLONIALIDADE E ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA RELEITURA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO 83

RODRIGO CAPELLE SUESS

ALCINÉIA DE SOUZA SILVA

Doi: 10.35260/87429991p.99-113.2021

**DOCÊNCIA COMPARTILHADA E ENSINO DE GEOGRAFIA:
REFLEXÕES E PRÁTICAS NA REDE MUNICIPAL
DE ENSINO DE SÃO PAULO/SP99**

ALEX MARIGHETTI

Doi: 10.35260/87429991p.115-127.2021

**EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E AMBIENTAL: PROPOSTAS E
DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NO MUNICÍPIO
DE CORUMBATAÍ-SP 115**

ÉDER RODRIGO VARUSSA

Doi: 10.35260/87429991p.129-143.2021

**EDUCAÇÃO, LIVRO DIDÁTICO E O PROFESSOR CRÍTICO-
REFLEXIVO: POSSIBILIDADE DE RESSIGNIFICAR A
PRÁTICA DOCENTE..... 129**

HUGO DE CARVALHO SOBRINHO

Doi: 10.35260/87429991p.145-159.2021

**ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DO LOCAL: O CASO DA
EXPANSÃO URBANA NA ZONA SUL DE ILHÉUS/BA 145**

ELISÂNGELA ROSEMERI MARTINS SILVA

Doi: 10.35260/87429991p.161-174.2021

**ENSINO DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO:
FORTALECIMENTO E (RE)CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO
CAMPONÊS 161**

EDUARDO HENRIQUE MODESTO DE MORAIS

Doi: 10.35260/87429991p.175-187.2021

**ENSINO DE GEOGRAFIA E REALIDADE SOCIOESPACIAL
NAS CIDADES CAPITALISTAS: CONDIÇÕES DESIGUAIS,
ACESSO À MORADIA E PRECARIEDADE DO HABITAR... 175**

GILSELIA LEMOS MOREIRA

Doi: 10.35260/87429991p.189-201.2021

**ESTATUTO DA CIDADE COMO TEMÁTICA PEDAGÓGICA
NOS LIVROS DIDÁTICOS..... 189**

RICARDO JOSÉ GONTIJO AZEVEDO

Doi: 10.35260/87429991p.203-213.2021

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NA
USP PARA O ENSINO SECUNDÁRIO DA ESCOLA
PAULISTA (1934-1960) 203**

MÁRCIA CRISTINA DE OLIVEIRA MELLO

Doi: 10.35260/87429991p.215-228.2021

**GEOGRAFIA URBANA PARA O 7º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL: O ESPAÇO URBANO DO DF E ENTORNO
COMO POSSIBILIDADE DE REFERÊNCIA AO ENSINO
NOS LIVROS DIDÁTICOS..... 215**

RICARDO CHAVES DE FARIAS
MARIANA REZENDE SOUZA

Doi: 10.35260/87429991p.229-240.2021

**IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DOCENTE ACERCA
DO LUGAR DO/A ESTUDANTE: O ENSINO DA GEOGRAFIA
PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA..... 229**

HENRIQUE RODRIGUES TORRES

Doi: 10.35260/87429991p.241-251.2021

**LICENCIATURAS DE GEOGRAFIA NO ESTADO DE SÃO
PAULO: MOVIMENTOS HISTÓRICOS, PROCESSOS
FORMATIVOS E PERSPECTIVAS 241**

ANDRÉ LUÍS MESSETTI CHRISTOFOLETTI
DIEGO CORREA MAIA

Doi: 10.35260/87429991p.253-265.2021

**METODOLOGIAS APLICADAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA
PARA O EDUCANDO SURDO: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE
TERESINA-PI..... 253**

ELAYNE CRISTINA ROCHA DIAS

Doi: 10.35260/87429991p.267-281.2021

**MOBILIDADE E PRECARIZAÇÃO DOCENTE NA REGIÃO
METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO..... 267**

GLEYCE ASSIS DA SILVA BARBOSA

Doi: 10.35260/87429991p.283-294.2021

**MODELOS DE SIMULAÇÕES: UMA PROPOSTA
PEDAGÓGICA SIGNIFICATIVA PARA O ENSINO
DE GEOGRAFIA..... 283**

ALEXANDRE DOS SANTOS DA ROSA

Doi: 10.35260/87429991p.295-308.2021

**NOVO ENSINO MÉDIO E OS DESAFIOS NA PRÁTICA
DOCENTE NAS ESCOLAS LOCALIZADAS NO CAMPO DO
MUNICÍPIO DE JATAÍ/GO..... 295**

TATIANE RODRIGUES DE SOUZA
EVANDRO CÉSAR CLEMENTE

Doi: 10.35260/87429991p.309-322.2021

**OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS NA CONSTRUÇÃO
DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO 309**

LEONARDO FERREIRA FARIAS DA CUNHA
ALCINÉIA DE SOUZA SILVA

Doi: 10.35260/87429991p.323-339.2021

**PARA BOM PROVEDOR UMA PLATAFORMA MOODLE
BASTA: ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS
VIRTUAIS NA FORMAÇÃO EM EaD 323**

DÉBORA GASPAS SOARES

Doi: 10.35260/87429991p.341-354.2021

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE EM NÍVEL
SUPERIOR DO PRONERA E PROCAMPO:
CEGEO E LEDUC 341**

RODRIGO SIMÃO CAMACHO

Doi: 10.35260/87429991p.355-368.2021

**POR UMA BASE DE CONHECIMENTOS DOCENTES: AS
CONTRIBUIÇÕES DE L. S. SHULMAN NA DISCUSSÃO DO
PROFISSIONAL PROFESSOR DE GEOGRAFIA 355**

VALÉRIA RODRIGUES PEREIRA
CLAUDIVAN SANCHES LOPES

Doi: 10.35260/87429991p.369-383.2021

**PRÁTICAS DE CARTOGRAFIA E ASTRONOMIA EM SALA DE
AULA: TRAJETÓRIA FORMATIVA DURANTE UM ESTÁGIO
SUPERVISIONADO DE GEOGRAFIA 369**

DIEGO MAGUELNISKI

Doi: 10.35260/87429991p.385-399.2021

**PRÁTICAS FORMATIVAS E DIFERENTES ESTRATÉGIAS
PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS 385**

DIEGO CORREA MAIA
ANA CLAUDIA NOGUEIRA MAIA

Doi: 10.35260/87429991p.401-412.2021

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA GEOGRAFIA:
ANÁLISES DA CONTEMPORANEIDADE 401**

ANGILENE DE FÁTIMA FERREIRA ANDRADE

Doi: 10.35260/87429991p.413-424.2021

**RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO E PENSAMENTO ESPACIAL:
UMA ANÁLISE APLICADA À BASE NACIONAL COMUM
CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS 413**

DENISE MOTA PEREIRA DA SILVA

Doi: 10.35260/87429991p.425-438.2021

**REFLEXÕES SOBRE O USO DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: OBSTÁCULOS NA
PRÁTICA DOCENTE..... 425**

ANA PAULA PINHO PACHÊCO GRAMATA

Doi: 10.35260/87429991p.439-452.2021

**O SABER EXPERIENCIAL NO CONTEXTO DAS
POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
DO DOCENTE EM GEOGRAFIA 439**

BALTASAR FERNANDES GARCIA FILHO

Doi: 10.35260/87429991p.453-466.2021

**TENDÊNCIAS DA PESQUISA GEOGRÁFICA:
O USO DA CATEGORIA PAISAGEM NOS TRABALHOS
DO EGAL (1987 A 2017)..... 453**

LARISSA DONATO

BRUNA MORANTE LACERDA MARTINS

Doi: 10.35260/87429991p.467-478.2021

**USO DO LIVRO DIDÁTICO E O AGRINHO:
UMA COMPREENSÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO
A PARTIR DO LUGAR..... 467**

THIARA GONÇALVES CAMPANHA

APRESENTAÇÃO

A pesquisa em Geografia, nos núcleos de pós-graduação das universidades brasileiras, cresceu expressivamente no início do Século XXI em decorrência da implementação de políticas públicas educacionais voltadas ao ensino superior. Nesse contexto, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) promoveu, com regularidade, encontros nacionais orientados à divulgação científica na área e a decorrente discussão dessa.

Historicamente a ANPEGE promoveu treze Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - ENANPEGE (desde 1995), eventos que mobilizaram centenas de pesquisadores para a apresentação/discussão de suas pesquisas em grupos de trabalhos temáticos associadas às grandes áreas da ciência geográfica: Geografia Física, Geografia Humana e Ensino de Geografia. Nesse escopo merece destaque a inserção das questões relativas ao ensino, aprendizagem e formação de professores de Geografia, que apareceu pela primeira vez em 2007 no VII ENANPEGE, organizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), na cidade de Niterói, Rio de Janeiro.

Desse modo, as questões referentes à educação geográfica, denominadas como Ensino de Geografia, foram encaminhadas no âmbito de um grupo temático nos ENANPEGEs dos anos 2007 até 2013, que congregou não somente geógrafos, mas, também, professores de Geografia, que buscavam na qualificação em nível de pós-graduação, a oportunidade para discutir questões relativas à sua prática, formação, problemas, desafios no exercício da profissão, entre inúmeras outras temáticas.

Porém, no contexto das políticas públicas educacionais implementadas ao ensino superior, pode-se afirmar, resumidamente, que o Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) aumentou o número de universidades públicas federais no território nacional, desconcentrando-as para todas as regiões brasileiras; por meio da criação de novos campi de instituições já consolidadas, bem como novas instituições; que resultaram na ampliação da oferta de vagas, para além dos tradicionais centros metropolitanos, em novos cursos e modalidades (presencial e à distância), mas, sobretudo, nas licenciaturas. Do mesmo modo, os programas de pós-graduação foram incrementados com novas linhas de pesquisa, inclusive com a emergência das questões referentes à educação geográfica e resultaram no aumento de pesquisas relacionadas aos temas vinculados à Formação Docente e ao Ensino de Geografia.

Tais situações justificam, em parte, a participação de professores de Geografia da Educação Básica nos eventos promovidos pela ANPEGE, principalmente em virtude de sua participação na pós-graduação, nas temáticas relativas à educação geográfica. Além disso, as questões vinculadas ao tema começaram a consolidar uma nova área de especialização: a Geografia Escolar.

O impacto dessa situação é visível quando se analisa a quantidade de grupos de trabalho nos encontros nacionais organizados pela ANPEGE. De 1 grupo criado no VII ENANPEGE em Niterói/RJ em 2007, passamos para 6 grupos de trabalho (GTs) em 2019. São eles: Cartografia Escolar; Educação Geográfica e Formação de Professores; Ensino de Geografia; Formação Docente, Ensino de Geografia e o Livro Didático; Linguagens e Educação Geográfica, e Teoria e Método na Educação Geográfica. Há de se ressaltar, também, que o número de inscritos nos grupos da educação é significativo e atestou um crescimento paulatino e progressivo de pesquisadores, o que evidencia a importância crescente da temática, nos fóruns nacionais de pesquisa em Geografia.

A organização dos Grupos de Trabalho (GTs) tem por objetivo garantir a pluralidade dos diferentes grupos de pesquisa e dos diferentes programas de pós-graduação, bem como estabelecer uma rede interinstitucional como forma de subsidiar o fortalecimento de redes de pesquisa em Geografia no país. Dessa forma, o GT 16 se constitui em uma rede a partir da afinidade de pesquisa e afinidade temática, ou seja, uma rede não institucionalizada, mas uma rede de várias perspectivas da Formação Docente e do Ensino de Geografia.

Atentos a esse movimento, foi proposto em 2017 o GT Formação Docente, Ensino de Geografia e o Livro Didático, que ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Na edição subsequente, foi mantida a proposta e novos pesquisadores passaram a compor o Grupo de Trabalho, que fez parte da programação do XIII ENANPEGE, organizado na Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, USP, em São Paulo/SP.

Em 2019, o GT - Formação Docente, Ensino de Geografia e o Livro Didático propôs a análise das distintas relações e articulações entre a formação docente em Geografia e a Geografia Escolar, assim

como a inter-relação entre o ensino de Geografia e a utilização do livro didático, no âmbito da Educação Básica.

Além disso, foi realizada a discussão acerca dos Projetos pedagógicos nos cursos de licenciatura em Geografia e suas implicações na formação inicial docente, bem como a análise da formação de professores a partir de referenciais teóricos afins, concepções curriculares contemporâneas e a legislação brasileira destinada a esse processo, em especial a BNCC e as novas orientações ao Ensino Médio.

Nesse contexto, discutiu-se a importância e os desafios do estágio supervisionado para a formação inicial comprometida com os anseios da docência na contemporaneidade, além da prática profissional dos professores de Geografia da educação básica e os novos desafios dessa profissão. Mas, também, foi pensado a discussão sobre o livro didático, seu papel no ensino de Geografia e sua prevalência como um dos principais recursos didáticos utilizados no ensino dessa disciplina. A utilização do Livro Didático em tablets, e-books e similares.

Na atualidade, os distintos recursos didáticos encontram-se disponíveis por meio de aplicativos e mídias digitais, os quais vem sendo cada vez mais utilizados na Geografia Escolar. Vale salientar que esses recursos possibilitam diversos caminhos a serem trilhados na formação inicial e continuada, propiciando um processo de ensino aprendizagem que visa atender às demandas do mercado e o desenvolvimento do conhecimento científico e acadêmico.

Assim, dada a qualidade técnica dos trabalhos apresentados e movidos pela necessidade de fortalecer a discussão sobre a Formação Docente, o Ensino de Geografia e o Livro Didático, foi sugerido e decidido pela comissão organizadora do GT a organização de um livro com a intenção de incentivar os novos pesquisadores por meio da publicação de seus artigos, ou seja, aqueles apresentados no XVIII ENANPEGE, em São Paulo, 2019, e fomentar ainda mais a

rede com novas perspectivas de Formação Docente, do Ensino de Geografia e do Livro Didático em âmbito nacional, com a reunião de publicações de diversos grupos de pesquisas, em diferentes linhas de Ensino de Geografia nos Programas de Pós-Graduação em Geografia de Universidades localizadas em todas as regiões brasileiras. Este livro e seus respectivos capítulos exprimem as inúmeras abordagens do complexo teórico e metodológico que envolve a pesquisa acadêmica e a discussão de temas relacionados com a Formação Docente, o Ensino de Geografia e o Livro didático e que são fundamentais para a compreensão da Geografia Escolar.

Boa leitura!

Prof. Dr. Raimundo Lenilde de Araújo (UFPI)

Profa. Dra. Maria Francineila Pinheiro dos Santos (UFAL)

Profa. Dra. Cristina Maria Costa Leite (UnB)

Profa. Dra. Marcileia Oliveira Bispo (UFT)

Prof. Dr. Clézio dos Santos (UFRRJ)

GT Formação Docente, Ensino de Geografia e o Livro Didático

ESTATUTO DA CIDADE COMO TEMÁTICA PEDAGÓGICA NOS LIVROS DIDÁTICOS

Ricardo José Gontijo Azevedo

E-mail: ricardogeo@cefetmg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3797288079140746>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6107-5036>

Introdução

A necessidade de um ensino de Geografia contextualizado com a realidade socioespacial dos alunos faz com que o estudo sobre as cidades seja uma significativa oportunidade para a formação cidadã ao abordar a complexidade da produção do espaço urbano. Nesse sentido, a abordagem da Geografia Urbana no Ensino Médio pode representar um importante momento para a construção da cidadania por permitir discussões sobre a dinâmica socioespacial das cidades.

Considerando que a maior parte dos alunos vive em cidades, o estudo do espaço urbano pode contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas que favoreçam uma compreensão crítica sobre a necessidade de democratização do espaço urbano. Assim, a abordagem de questões relativas ao Estatuto da Cidade (2001) pode contribuir para uma formação cidadã ao reconhecer a importância da participação da sociedade para uma gestão democrática das cidades.

Tendo em vista que grande parte dos professores do Ensino Médio utiliza o livro didático como principal recurso didático em suas aulas, o presente trabalho analisa como a temática relacionada ao Estatuto da Cidade está presente em cinco coleções de livros

didáticos de Geografia para o Ensino Médio, aprovadas Programa Nacional do Livro didático – PNLD 2018.

Sabendo-se da amplitude temática relacionada ao Estatuto da Cidade, o trabalho faz uma análise qualitativa para verificar como são abordados nos livros didáticos os seguintes temas: planejamento municipal; plano diretor; gestão democrática da cidade.

As discussões em torno de uma gestão democrática da cidade ganharam força com a promulgação do Estatuto da Cidade (2001), que prevê uma série de instrumentos que visam a participação da sociedade em planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Nesse contexto, faz-se necessária a adoção de uma abordagem no ensino da cidade que valorize a participação da população em diversas formas de representação previstas nas legislações municipais.

Por meio de uma abordagem crítica, buscou-se verificar nos livros didáticos a existência de textos, fotografias, ilustrações ou atividades que tratam da temática relacionada ao Estatuto da Cidade. Destaca-se que a pesquisa qualitativa não teve por objetivo fazer qualquer classificação das obras analisadas, mas verificar como a referida temática é abordada nos livros didáticos.

Espera-se assim que o estudo da temática urbana, presente no Estatuto da Cidade, possibilite ao aluno do Ensino Médio uma formação que contemple uma visão crítica de seu papel como cidadão em busca de alternativas e soluções para a vida cotidiana em sociedade.

A Geografia Urbana para a formação cidadã

A importância do estudo da cidade na Geografia Escolar, vislumbrando uma formação para a cidadania, vem sendo pesquisada por diversos autores, como Callai (2018); Cavalcanti (2012); Cavalcanti,

Silva e Souza (2014); Deon e Callai (2018). Nesse contexto, espera-se que o presente trabalho favoreça discussões sobre uma Geografia Escolar que valorizem a participação social na gestão das cidades e contribua para a produção de espaços urbanos mais democráticos.

Ao tratar da relação entre o ensino de cidade e cidadania, Cavalcanti *et al.* (2014, p. 12) consideram que:

Essa relação é de interdependência entre esses dois termos, pois se acredita que a possibilidade de ler a cidade de forma mais abrangente depende, em um primeiro momento, da forma como a cidade é ensinada em sala de aula e como se utiliza de seus elementos e contradições para a construção de uma postura crítica e criativa nos ambientes escolares.

Desse modo, observa-se que o estudo da cidade pode favorecer aos alunos uma formação que contemple visão crítica de seu papel como cidadão, em busca de alternativas e soluções para os problemas socioespaciais urbanos. É importante que os alunos compreendam a cidade como um produto da sociedade, que como tal carrega consigo as contradições existentes no modo de produção capitalista.

Como um importante agente que participa do processo de produção do espaço urbano, o poder público pode ampliar o processo de participação da sociedade nas políticas públicas de planejamento e gestão urbanos por meio de uma formação cidadã pela sociedade. Nesse sentido, Cavalcanti *et al.* (2014, p. 15) salientam ser necessário que

os gestores tenham clareza a respeito das leis que gerem o espaço urbano e que haja cada vez mais uma consciência da necessidade de formação de cidadãos esclarecidos, para que possam participar dos projetos de planejamento e gestão urbana, e assim, nas decisões com respeito aos destinos da cidade.

Assim, para se pensar uma gestão urbana efetivamente democrática, torna-se necessário um processo de formação para a cidadania dos diversos agentes envolvidos na produção do espaço urbano. E nesse sentido, o potencial formativo das cidades é ressaltado por Cavalcanti (2012, p. 74):

A cidade é educadora: ela educa, ela forma valores, comportamentos; ela informa com sua espacialidade, com seus sinais, com suas imagens, com sua escrita. Ela também é um conteúdo a ser apreendido por seus habitantes. No entanto, as possibilidades de leitura mais abrangente da cidade dependem de uma formação do cidadão.

Na Geografia Escolar, a formação para a cidadania deve capacitar o aluno a fazer uma leitura crítica do espaço urbano. Nesse contexto, “ser cidadão é exercer o direito de morar, de produzir e de circular na cidade; é exercer o direito a criar seu direito à cidade, é cumprir o dever de garantir o direito coletivo à cidade” (CAVALCANTI, 2012, p. 74).

Contribuindo para o entendimento da cidade, como um conteúdo a ser apreendido pelos alunos com vistas à formação de cidadãos, Callai (2018, p. 119) ressalta o que se pretende: “ser um cidadão que conhece a sua cidade, que compreende os fenômenos ali presentes e que interpreta a realidade de seu cotidiano de modo a problematizar as questões, produzindo o seu conhecimento”.

Ao estudar a cidade, é importante que os alunos identifiquem as contradições presentes no planejamento e na gestão do espaço urbano. O livro didático pode contribuir nesse processo ao favorecer discussões que permitam aos alunos pensar criticamente sobre como ocorre a produção do espaço em sua cidade.

Metodologia

Para a realização da pesquisa, foram selecionadas cinco coleções de livros didáticos de Geografia para o Ensino Médio aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2018. Tendo em vista que o referido programa teve 14 coleções aprovadas, a escolha das cinco coleções ocorreu de modo aleatório, levando em consideração a disponibilidade dos exemplares físicos pelo autor. Dentre os três volumes de cada coleção, procedeu-se a busca pelos capítulos que tratavam da temática urbana, sendo selecionados os cinco exemplares (quadro 1).

Quadro 1 – Livros didáticos selecionados para análise.

Editora	Livro	Autores
FTD	Geografia em Rede – vol. 2	Edilson Adão Cândido da Silva; Laércio Furquim Júnior.
LEYA	Geografia: Leituras e Interação – vol. 2	Arno Aloísio Goettems; Antônio Luís Joia.
MODERNA	Conexões - Estudos de Geografia Geral e do Brasil – vol. 2	Lygia Terra; Regina Araújo; Raul Borges Guimarães.
SARAIVA	Território e Sociedade no Mundo Globalizado – vol. 3	Elián Alabi Lucci; Anselmo Lazaro Branco; Cláudio Mendonça.
SM	Ser Protagonista: Geografia – vol. 2	Flávio Manzatto de Souza; André Baldráia; Bianca Carvalho Vieira; Fernando dos Santos Sampaio; Ivone Silveira Sucena.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por meio de uma abordagem crítica de análise, buscou-se verificar nos livros a existência de itens, fotografias, ilustrações ou atividades que tratassem das temáticas presentes no Estatuto das Cidades, em especial sobre o planejamento municipal, o plano diretor e a gestão democrática das cidades. Destaca-se que a pesquisa qualitativa não teve por objetivo fazer qualquer classificação das

obras analisadas, mas verificar como é a abordagem sobre o Estatuto das Cidades nos livros didáticos.

A abordagem da temática do planejamento urbano e da gestão democrática das cidades, presentes no Estatuto da Cidade, pode favorecer a formação de cidadãos envolvidos na busca de uma cidade para todos, na qual a participação da sociedade contribua para um planejamento urbano com justiça social e com uma gestão urbana efetivamente democrática.

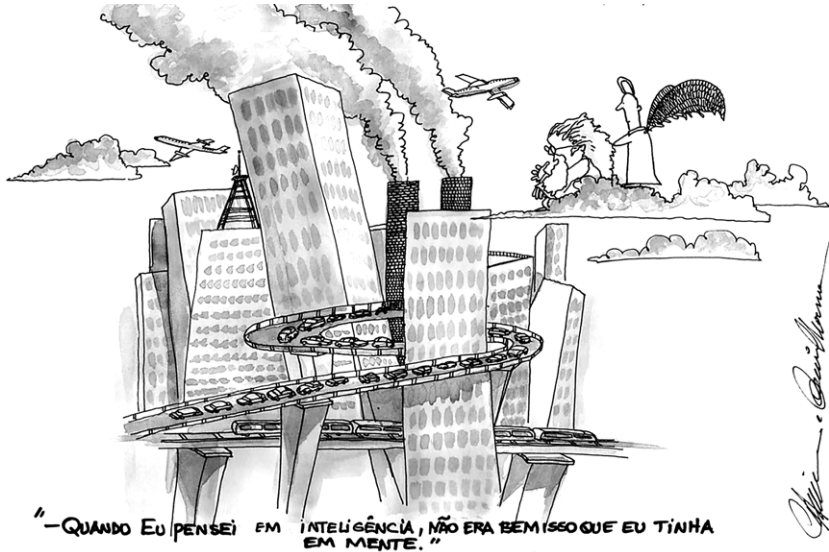
Deve-se salientar que somente a presença de uma abordagem urbana satisfatória nos livros didáticos não basta para que a formação cidadã se efetive no processo educativo, tendo em vista a relevância do papel do professor como mediador na construção do conhecimento. Nesse contexto, concordamos com Cavalcanti *et al.* (2014) quando afirmam que a relação entre o ensino da cidade e cidadania depende da forma como a temática urbana é trabalhada na sala de aula e de como as contradições urbanas são utilizadas para uma formação crítica no ambiente escolar.

Resultados e discussão

A análise revelou que a temática relacionada ao Estatuto da Cidade é pouco abordada nos livros didáticos de Geografia voltados ao Ensino Médio. Na maior parte deles, a temática associada ao planejamento municipal, ao plano diretor e à gestão democrática das cidades ocorre de modo superficial. Ademais, os livros não abordam a temática do Estatuto da Cidade de modo a valorizar a participação da sociedade no planejamento municipal. Entretanto, observa-se que os livros das Editoras Leya e Moderna foram aqueles que abordaram a temática do Estatuto das Cidades com maior densidade, como será visto ao longo deste tópico.

O livro da editora Leya inicia o capítulo intitulado “Urbanização no Brasil e no mundo” com a proposta de discussão de uma charge (figura 1) para se estabelecer as relações entre cidade, planejamento e meio ambiente.

Figura 1 – Charge para discussão (GOETTEMS; JOIA, 2016, p. 76).



Observa-se que a interpretação da charge pode favorecer relevantes discussões acerca do desenvolvimento científico e os problemas associados à vida cotidiana nas cidades. A própria questão de um planejamento inclusivo, que não tenha como primazia a sociedade do automóvel, pode ser uma temática a ser discutida, contribuindo assim para uma formação cidadã.

O livro da editora Leya também aborda a evolução histórica do urbanismo ao longo do século XIX, tratando do modelo de cidades-jardins proposto pelo urbanista inglês Ebenezer Howard, e do século XX, com a influência do urbanismo funcionalista de Le Corbusier na construção de Brasília.

As discussões sobre urbanismo ainda estão presentes em um texto complementar sobre requalificação urbana seguido de questões de interação com os alunos, como a seguinte: “Você já viu algum tipo de renovação urbana na cidade do município onde você mora?” (GOETTEMS; JOIA, 2016, p. 103).

No livro da editora Leya ainda há três tópicos com breves discussões dos seguintes temas: Estatuto da Cidade; Plano Diretor; Ação Popular e Ação Civil Pública. Observa-se ainda um texto complementar sobre as diretrizes do Estatuto da Cidade e outro sobre uma ação popular que quer barrar a construção de shopping em área verde do Recife. Ressalta-se que, após o último texto, existe a seguinte questão: “No município em que vocês vivem, que área poderia ser transformada em um parque público? Quais seriam os benefícios ou possíveis conflitos que resultam desse tipo de iniciativa?” (GOETTEMS; JOIA, 2016, p. 126).

Por meio desses apontamentos, foi possível perceber uma aproximação do livro da editora Leya com uma maior contextualização das questões presentes no Estatuto da Cidade, como o planejamento municipal, o plano diretor e a gestão democrática das cidades. Ainda assim, seria relevante tornar mais explícitas as distintas formas de participação da sociedade nos instrumentos de planejamento urbano, como nas audiências públicas para elaboração/revisão do plano diretor ou assembleias de orçamento participativo.

O livro da editora Moderna aborda a questão do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor por meio de um excerto da revisão do Plano Diretor de Curitiba:

O Plano Diretor deve ser discutido com toda a sociedade antes de sua transformação em lei. A participação de todos os cidadãos é fundamental em todas as etapas de elaboração, implementação, monitoramento e fiscalização do Plano

Diretor. É importante conhecer e discutir democraticamente as posições de cada segmento social, buscando que, ao final, prevaleçam as propostas que representam os interesses da maioria da população e a concretização do compromisso com a construção de cidades mais justas! (Revisão 2014 do Plano Diretor de Curitiba *apud* TERRA *et al.*, 2016, p. 159).

Ao final do texto complementar, o livro da editora Moderna traz a seguinte questão: “De que forma a população pode participar e fiscalizar o Plano Diretor da cidade?” (TERRA *et al.*, 2016, p. 159). Ademais, o livro possui um capítulo intitulado “Direito à cidade”, no qual apresenta os desafios de viver na cidade, bem como os diferentes processos relacionados aos agentes de produção da cidade.

Observa-se que, de modo sucinto, o livro da editora Moderna contextualiza a temática relacionada ao Estatuto da Cidade e problematiza a questão urbana de modo a estimular os alunos a pensarem em seu papel como cidadãos que se inserem no processo de produção do espaço urbano.

O livro da editora Saraiva faz um amplo e detalhado histórico da evolução do urbanismo desde a Revolução Industrial, passando pelas intervenções urbanas realizadas por Haussmann em Paris, no século XIX, bem como pelas cidades-jardins do urbanismo culturalista de Ebenezer Howard. Ao retratar o urbanismo do século XX, o livro também traz o legado de Le Corbusier e dá o exemplo do zoneamento funcionalista com a construção de Brasília.

Ao tratar do planejamento urbano nos países em desenvolvimento, o livro da editora Saraiva aborda o conceito da gentrificação, e já na parte que trata da urbanização brasileira apresenta um pequeno texto para discussão sobre o Plano Diretor e a Lei de Zoneamento (fig. 2).

Figura 2 – Texto sobre Plano Diretor (LUCCI *et al.*, 2016, p. 119).

LEITURA E DISCUSSÃO

Plano Diretor e Lei de Zoneamento

“No Brasil, o Estatuto da Cidade, aprovado pelo Congresso Nacional em junho de 2001, obriga o Plano Diretor a estabelecer planos não apenas para o espaço urbano, mas para todo o território do município, incluindo, portanto, o espaço rural. O Estatuto, dessa maneira, considera algo que é consequência do processo de urbanização e já vem se manifestando de forma mais intensa desde os anos 1960 – a forte integração entre o espaço urbano e o rural.

Assim, o Plano Diretor é uma lei municipal, obrigatória para municípios com mais de 20 mil habitantes, e que cria um sistema de planejamento e gestão do município, determinando as políticas públicas a serem desenvolvidas em um prazo de dez anos em todas as áreas da administração. Os projetos dos outros prefeitos, nesse prazo, terão de estar de acordo com o plano.

Há, também, no âmbito municipal e direcionada para o espaço urbano, a Lei de Zoneamento (uso e ocupação do solo), que define o tipo de uso (residencial, comercial, misto) e o tamanho da construção permitidos em um terreno. No caso das grandes cidades, o Plano Diretor normalmente é implementado com base em planos regionais.”

Folha de S.Paulo, 24 ago. 2002. p. C-3.

1. Comente a importância de o Plano Diretor estabelecer normas para o espaço rural e o urbano.
2. Procure conhecer o Plano Diretor do município onde você vive e as principais determinações estabelecidas nele. Discuta-as com os colegas e o professor.

Observa-se que o referido texto contextualiza a temática do Plano Diretor por meio de questionamentos dirigidos aos alunos, mas não faz menção sobre a importância da participação social na elaboração do referido plano e não aborda também a importância de uma gestão democrática da cidade. Ademais, o livro não menciona o Estatuto da Cidade como uma referência para as políticas públicas de planejamento no país.

O livro da editora FTD cita brevemente o Estatuto da Cidade ao tratar da questão habitacional: “Mesmo tendo em sua legislação o Estatuto da Cidade, que estipula que toda cidade com mais de 25 mil habitantes tenha um Plano Diretor para orientar o crescimento urbano, ainda há um elevado déficit habitacional no país (SILVA; FURQUIM JÚNIOR, 2016, p. 40). Além de não contextualizar o Estatuto da Cidade e o planejamento municipal, o livro comete um equívoco no quantitativo mínimo para elaboração do Plano Diretor, que se fez necessário para cidades com mais de 20 mil habitantes.

O livro da editora SM aborda sucintamente a temática do Estatuto da Cidade ao tratar dos movimentos sociais pela moradia:

“O Estatuto da Cidade prevê que os imóveis que não estão cumprindo a função social, ou seja, que não são usados de maneira produtiva ou para fins habitacionais, são passíveis de ser desapropriados” (SOUZA *et al.*, 2016, p. 251). Assim, o livro também não contextualiza o referido estatuto e não aborda o instrumento do plano diretor e de uma gestão democrática das cidades.

Destaca-se assim que a maior parte dos livros didáticos analisados não contextualiza adequadamente o Estatuto da Cidade nem aborda as múltiplas possibilidades de trabalho com os temas relacionados ao planejamento municipal, ao plano diretor e com a gestão democrática do espaço urbano.

Considerações finais

A temática do Estatuto da Cidade nos livros didáticos pode contribuir para uma formação cidadã capaz de pensar a produção do espaço de modo crítico e comprometido com a democratização do espaço urbano. A valorização da dimensão política presente no Estatuto das Cidades pode contribuir para o entendimento da cidade como um produto social em disputa por diversos agentes e repleto de contradições socioespaciais.

Entretanto, observa-se que, nos livros didáticos analisados, a temática do Estatuto da Cidade é tratada de modo pouco aprofundado, no que se refere às múltiplas possibilidades de abordagem do planejamento municipal, do plano diretor e de uma gestão democrática das cidades. A abordagem relacionada ao Estatuto da Cidade pode suscitar relevantes discussões em defesa da democratização do espaço urbano por meio de um planejamento urbano que favoreça a participação da sociedade em suas políticas públicas.

Destaca-se que muitos outros temas relacionados à Geografia Urbana sob a perspectiva crítica foram abordados nos livros, mas que não foram analisados no presente trabalho por não estarem diretamente vinculados ao recorte temático do Estatuto da Cidade.

Espera-se que novos trabalhos sejam desenvolvidos para se verificar como a temática do Estatuto da Cidade pode ser trabalhada na sala de aula, de modo a favorecer discussões que coloquem o planejamento e gestão urbanos como elementos relevantes para uma formação crítica e consciente dos alunos.

Referências

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei n 10.257 de 10 de julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: maio 2019.

BRASIL. PNLD 2018: **Geografia** – guia de livros didáticos – Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, FNDE, 2017. 123p.

CALLAI, Helena Copetti. A cidade como conceito e como conteúdo. *In*: CALLAI, Helena Copetti; OLIVEIRA, Tarcísio Dorn de; COPATTI, Carina (Org.). **A cidade para além da forma**. Curitiba: CRV, 2018.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana**. 3ª ed. Campinas: Papyrus, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A cidade ensinada e a cidade vivida: encontros e reflexões no ensino de Geografia. *In*: CAVALCANTI, Lana de Souza (Org.) **Temas da Geografia na escola básica**. 1ª ed. Campinas: Papyrus, 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza; SILVA, Silvana Alves; SOUZA, Vanilton Camilo de. O plano diretor como recurso didático para ensinar sobre a cidade e a formação para a cidadania. **Revista GeoUECE**, v. 3, p. 9-26, julho-dezembro de 2014.

DEON, Alana Rigo; CALLAI, Helena Copetti. A educação escolar e a Geografia como possibilidades de formação para a cidadania. **Contexto & Educação**, v. 33, p. 264-290, 2018.

GOETTEMS, Arno Aloísio; JOIA, Antônio Luís. **Geografia: Leituras e Interação**, volume 2. São Paulo: Leya, 2016, 384p.

LUCCI, Elian Alabi; BRANCO, Anselmo Lázaro; MENDONÇA, Cláudio. **Território e Sociedade no Mundo Globalizado: ensino médio**, 3. São Paulo: Saraiva, 2016, 384p.

SILVA, Edilson Adão Cândido da; FURQUIM JÚNIOR, Laércio. **Geografia em Rede**, 2º ano. São Paulo: FTD, 2016, 384p.

SOUZA, Fernando Manzatto de; BALDRAIA, André; VIEIRA, Bianca Carvalho; SAMPAIO, Fernando dos Santos; SUCENA, Ivone Silveira. **Ser Protagonista – Geografia**, 2º ano. 3. ed. São Paulo: Edições SM, 2016, 368p.

TERRA, Lygia, ARAÚJO, Regina, GUIMARÃES, Raul Borges. **Conexões - Estudos de Geografia Geral e do Brasil – vol. 2**. São Paulo: Moderna, 2016, 296p.



Este livro foi composto em fonte Adobe Garamond Pro, impresso no formato
15 x 22 cm em pólen 80 g/m², com 510 páginas e em e-book formato pdf.
Impressão e acabamento: Gráfica Bueno Teixeira
Agosto de 2021.

Este livro e seus respectivos capítulos exprimem as inúmeras abordagens do complexo teórico e metodológico que envolve a pesquisa acadêmica e a discussão de temas relacionados com a Formação Docente, o Ensino de Geografia e o Livro didático e que são fundamentais para a compreensão da Geografia Escolar. Foi organizado com a intenção de incentivar os novos pesquisadores por meio da publicação de seus artigos, ou seja, aqueles apresentados no XVIII ENANPEGE, em São Paulo, 2019, e fomentar ainda mais a rede com novas perspectivas de Formação Docente, do Ensino de Geografia e do Livro Didático em âmbito nacional, com a reunião de publicações de diversos grupos de pesquisas, em diferentes linhas de Ensino de Geografia nos Programas de Pós-Graduação em Geografia de Universidades localizadas em todas as regiões brasileiras.

